

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Alterações significativas	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	19
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	22
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	23
10.5 - Políticas contábeis críticas	24
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	34
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	35
10.8 - Plano de Negócios	36
10.9 - Outros fatores com influência relevante	37

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como: risco de mercado relacionado aos preços do petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, riscos de crédito e de liquidez.

Riscos de variação dos preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, não utilizando derivativos para a proteção de operações de compra ou venda de mercadorias cujo objetivo é atender às necessidades operacionais da Companhia.

As operações com derivativos destinam-se à proteção dos resultados esperados das transações realizadas no exterior, usualmente de curto prazo, acompanhando o preço das operações comerciais.

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos de petróleo e derivados vigentes.

Derivativos de petróleo e derivados			
	Consolidado		
	Valor nominal (em mil bbl)*	Valor justo (R\$ milhões)	Vencimentos
Balanco patrimonial	31.12.2012	31.12.2012	
<u>Contratos Futuros</u>	(3.380)	(36)	2013 / 2014
Compromissos de compra	16.500		
Compromissos de venda	(19.880)		
<u>Contratos de Opções</u>	(2.050)	(3)	2013
Compra	(1.080)	(2)	
Posição titular	3.204		
Posição lançadora	(4.284)		
Venda	(970)	(1)	
Posição titular	2.029		
Posição lançadora	(2.999)		
<u>Contratos a termo</u>			
Posição comprada			
Posição vendida			
Total registrado em outros ativos e passivos circulantes		(39)	

* Valor de Referência (Nominal) negativo representa posição vendida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**Risco Cambial**

O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a empresa está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade de taxas de câmbio que referenciam posições ativas e passivas da Companhia.

A tabela a seguir resume os ativos e passivos da Companhia sujeitos à variação cambial.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**Ativos e Passivos sujeitos à variação cambial**

ATIVOS	R\$ milhões	
	31.12.2012	31.12.2011
Circulante	3.784	14.718
Disponibilidades	1.425	6.284
Recursos aplicados no exterior, via controladas para uso no Brasil nas atividades comerciais	1.228	6.677
Outros ativos circulantes	1.131	1.757
Não Circulante	13.609	12.153
Recursos aplicados no exterior, via controladas, no segmento internacional, em equipamentos de E&P para uso no Brasil e nas atividades comerciais	12.076	10.427
Outros realizáveis a longo prazo	1.533	1.726
Total do Ativo	17.393	26.871
PASSIVOS	R\$ milhões	
	31.12.2012	31.12.2011
Circulante	(20.647)	(19.853)
Financiamentos	(3.667)	(6.277)
Fornecedores	(3.905)	(5.882)
Recursos aplicados no exterior, via controladas para uso no Brasil nas atividades comerciais	(12.632)	(7.463)
Outros passivos circulantes	(443)	(231)
Não Circulante	(67.780)	(36.885)
Financiamentos	(44.447)	(35.746)
Recursos aplicados no exterior, via controladas para uso no Brasil nas atividades comerciais	(22.265)	(882)
Outros exigíveis a longo prazo	(1.068)	(257)
Total do Passivo	(88.427)	(56.738)
(-) Empréstimos FINAME - em reais indexado ao dólar	-	(12)
(-) Empréstimos BNDES - em reais indexado ao dólar	(28.775)	(26.621)
Ativo (Passivo) Líquido em Reais	(99.809)	(56.500)
Derivativos líquidos (valor de referência contratado)	(1.371)	925
Exposição Líquida	(101.180)	(55.575)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia possui ativos e passivos sujeitos a variações de moedas estrangeiras, cuja exposição é o Real em relação ao Dólar norte-americano. Os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de subsidiárias e controladas no exterior não são inseridos na exposição apresentada acima, quando realizados em suas moedas equivalentes às suas respectivas moedas funcionais.

A exposição líquida da Petrobras ao risco cambial não é considerado significativo no longo prazo, em função do equilíbrio existente entre passivos, ativos, receitas e compromissos futuros em moeda estrangeira no longo prazo, mitigando o impacto de possíveis variações cambiais no fluxo de caixa, não comprometendo sua liquidez no curto prazo, considerando que grande parcela da dívida vence no longo prazo.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos vigentes.

	Consolidado		
	Valor Nominal (em milhões)	Valor justo (R\$ milhões)	Vencimentos
Balanco patrimonial	31.12.2012	31.12.2012	
Cross Currency Swap		156	2016
Posição ativa (JPY) - 2,15%a.a.	JPY 35.000	887	
Posição passiva (US\$) - 5,69%a.a.	USD 298	(731)	
Venda de dólar a termo	USD 1.077	1	2013
Total registrado em outros ativos e passivos		157	

Risco de Taxa de Juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é, principalmente, em função da LIBOR, para os financiamentos expressos em moeda estrangeira, e da taxa de juros de longo prazo (TJLP) para os financiamentos expressos em Reais. O aumento das taxas implica em acréscimo das despesas financeiras impactando negativamente a posição financeira da Petrobras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O quadro abaixo reproduz os valores nocional e justo de operações de swap de taxa de juros em aberto para 31 de dezembro de 2012.

	Consolidado		
	Valor Nocional (em milhões)	Valor justo (R\$ milhões)	Vencimentos
Balanco patrimonial	31.12.2012	31.12.2012	
<i>Swap</i>			
Posição passiva	USD 460	(85)	2020
<i>Swap</i>		(2)	2015
Posição ativa – Euribor	EUR 15	1	
Posição passiva – Taxa fixa 4,19%	EUR 15	(3)	
Total registrado em outros ativos e passivos		(87)	

Risco de Crédito

A Petrobras está exposta ao risco de crédito de clientes e instituições financeiras, decorrentes de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A política de gerenciamento de risco de liquidez adotada pela Companhia prevê a continuidade do alongamento do prazo de vencimento de suas dívidas, explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico e desenvolvendo uma forte presença no mercado internacional de capitais, através da ampliação da base de investidores em renda fixa.

A Petrobras financia o capital de giro através da centralização do caixa do sistema e assumindo dívidas de curto prazo que normalmente são relacionadas ao fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes são financiados por meio de dívidas de longo prazo como emissão de bônus de no mercado internacional, agências de crédito,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

financiamento e pré-pagamento de exportação, bancos de desenvolvimento do Brasil e do exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais.

A tabela a seguir representa o fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos a curto, médio e longo prazos para 31 de dezembro de 2012.

Vencimento	Consolidado
2013	22.814
2014	18.168
2015	24.570
2016	37.284
2017	26.433
2018	38.465
2019 em diante	110.322
Em 31 de dezembro de 2012	278.056

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. Riscos para os quais se busca proteção****Riscos de variação dos preços de petróleo e derivados**

A política de manter a exposição ao ciclo de preços é periodicamente revisada e recomendada ao Comitê de Integração Financeira. Caso seja indicada a proteção, em cenários com probabilidade significativa de eventos adversos, a estratégia de proteção patrimonial (“hedge”) deve ser executada com o intuito de proteger a solvência e a liquidez da Companhia, considerando uma análise integrada de todas as exposições a risco da Companhia, e assegurar a execução do plano corporativo de investimentos.

Risco Cambial

Aproveitando-se de atuar de forma integrada no segmento de energia, a empresa busca, primeiramente, identificar ou criar proteções naturais (“hedges” naturais), ou seja, beneficiar-se das correlações entre suas receitas e despesas. No caso específico da variação cambial inerente aos contratos onde o custo e a remuneração envolvem moedas distintas, esta proteção se dá através da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

O gerenciamento de riscos é feito para a exposição líquida. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da Diretoria Executiva.

Risco de Taxa de Juros

A Petrobras considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, a companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar esse tipo de risco; exceto em função de situações específicas apresentadas por empresas do sistema Petrobras.

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia adota uma filosofia de gestão integrada de riscos, segundo a qual o foco da gestão não está nos riscos individuais – das operações ou das unidades de negócio – mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis proteções naturais. Para a gestão de riscos de mercado/financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa, em detrimento da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos utilizados são contratos futuros, a termo, “swaps” e opções.

As operações de commodities são realizadas nas Bolsas NYMEX – “*New York Mercantile Exchange*” e ICE – “*Intercontinental Exchange*”, bem como no mercado de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

balcão internacional.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**Riscos de variação dos preços de petróleo e derivados**

Os principais parâmetros utilizados na gestão de risco para variações de preços e derivados da Petrobras são o fluxo de caixa operacional em risco (CFAR) e para as avaliações de curto prazo, o Valor em Risco ("*Value at Risk*"-VaR) e "*Stop Loss*".

e. Operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

As operações com instrumentos derivativos são realizadas, exclusivamente, para compensar os efeitos da variação dos preços de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista, sendo vedada a utilização de instrumentos derivativos com fins de alavancagem.

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos da Petrobras é realizada por seus diretores, segundo uma política corporativa de gerenciamento de riscos. Em março de 2010, em atendimento ao novo modelo de governança corporativa desenvolvido pela Companhia, foi instituído pela Diretoria Executiva, o Comitê de Integração Financeira, em substituição ao Comitê de Gestão de Riscos. O Comitê é patrocinado pela Diretoria Financeira e composto por todos os gerentes executivos da área financeira, sendo convocados para discussões de temas específicos os gerentes executivos das áreas de negócios (Abastecimento, Exploração & Produção, Gás & Energia, Internacional, Transpetro, Petrobras Biocombustível, BR Distribuidora, Corporativa e Serviços). Dentre as responsabilidades do Comitê de Integração Financeira está a de avaliar as exposições a riscos e estabelecer diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Petrobras, cabendo à Diretoria Executiva decidir sobre os temas.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura da Companhia está adequada com controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa estratégia financeira tem como foco a manutenção da alavancagem financeira em uma faixa adequada, entre 25% e 35%, preservando o custo de capital nos menores níveis possíveis, dado o ambiente financeiro. Daremos continuidade à nossa política de alongamento do prazo de vencimento de nossas dívidas, explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico e desenvolvendo uma forte presença no mercado internacional de capitais, através da ampliação da base de investidores em renda fixa.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Petrobras (Capital de Terceiros Líquido/Passivo Total Líquido) passou de 33% em 2010 e 39% em 2011 para 45% em 2012. A alavancagem líquida [Endividamento líquido/(Endividamento líquido+Patrimônio Líquido)], por sua vez, passou de 16% em 2010 e 24% em 2011 para 30% em 2012. As elevações observadas em 2011 e 2012 devem-se ao maior endividamento líquido da Companhia.

i. hipóteses de resgate

Não há previsão de resgate de ações por parte da Companhia.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há previsão de resgate de ações por parte da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Utilizamos nossos recursos próprios principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. Em 2010, 2011 e 2012, atendemos esses requisitos com recursos gerados internamente, dívidas de curto e longo prazo e recursos decorrentes do aumento de capital. Acreditamos que através da nossa geração de caixa e acessando o mercado de dívidas, manteremos a capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos sem que haja comprometimento da saúde financeira da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2010, 2011 e 2012, financiamos nosso capital de giro através de dívidas de curto prazo, normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes são financiados através de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, empréstimos de agências de crédito de exportação, financiamento à exportação, pré-pagamento de exportação, financiamentos de bancos de desenvolvimento do Brasil e do Exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais. Os recursos apurados através do aumento de capital realizado em setembro 2010 vêm sendo aplicados nos investimentos previstos no Plano de Negócios da empresa.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pretendemos financiar nosso capital de giro através de dívidas de curto prazo, normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes deverão ser financiados através de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, empréstimos de agências de crédito de exportação, financiamento à exportação, pré-pagamento de exportação, financiamentos de bancos de desenvolvimento do Brasil e do Exterior e linhas de crédito com

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

bancos comerciais nacionais e internacionais.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O Endividamento bruto em 31.12.2012 aumentou R\$ 40.760 milhões, 26% em relação a 31.12.2011, em decorrência de captações de longo prazo e do impacto da depreciação cambial de 8,9%. Esses recursos visam, principalmente, o desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais, em conformidade com o programa intensivo de investimentos da companhia.

As principais captações de longo prazo realizadas em 2012 estão demonstradas a seguir:

a) No exterior

Empresa	Data	Valor em R\$ milhões	Vencimento	Descrição
PifCo	fev/12	12.029	2015, 2017, 2021, 2041	Global notes emitidos de US\$ 1,250 milhões, US\$ 1,750 milhões, US\$ 2,750 milhões e US\$ 1,250 milhões com cupom de 2,875%, 3,500%, 5,375% e 6,750%, respectivamente.
PNBV	abr/12 a jun/12	3.612	2018, 2019 e 2023	Empréstimos no montante de US\$ 1,879 milhões com os bancos Morgan Stanley Bank, JP Morgan Chase, Citibank Internacional PLC, e HSBC Bank PLC – Libor mais juros de mercado.
PNBV	ago/12 a set/12	3.043	2019	Empréstimos no montante de US\$ 1,500 milhões com os bancos Export Development Canadá e HSBC Holdings PLC – Libor mais juros de mercado.
PGT BV	set/12	3.043	2017 e 2018	Empréstimos no montante de US\$ 1,500 milhões com os bancos Banco do Brasil S/A e Citibank N.A. – Libor mais juros de mercado.
PGT BV	out/12 e dez/12	3.072	2017 e 2018	Empréstimo no montante de US\$ 1,000 milhão e US\$ 500 milhões com os bancos Bank of America e Standard Chartered – Libor mais juros de mercado.
PGF BV	out/12	5.227	2019 e 2023	Emissão de Global Notes € 1,300 milhões e € 700 milhões com cupom de juros de 3,25% a.a. e 4,25% a.a. respectivamente.
PGF BV	out/12	1.472	2029	Emissão de Global Notes £ 450 milhões com cupom de juros de 5,375% a.a.
		31.498		

b) No país

Empresa	Data	Valor em R\$ milhões	Vencimento	Descrição
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística	jan/12	409	2023, 2026 e 2028	Emissão de certificados de recebíveis imobiliários para construção de um laboratório e um prédio administrativo - IPCA + spread médio de 5,3% a.a.
Fundo de Investimento Imobiliário FCM	mai/12	514	2025 e 2032	Emissão de certificados recebíveis imobiliários para construção dos ativos dos projetos Porto Nacional e Porto Cruzeiro do Sul – IPCA mais 4,0933% a.a. e 4,9781% a.a.
Petrobras	jul/12 e set/12	4.215	2015 e 2022	Empréstimos obtidos junto ao BNDES para modernização do parque de refino e outros projetos de infraestrutura, assim como de pesquisa e desenvolvimento e de modernização e ampliação de parque tecnológico.
Petrobras	nov/12 e dez/12	714	2015, 2024 e 2026	Empréstimos obtidos junto ao BNDES para modernização do parque de refino, construção de um terminal de regaseificação de gás natural e implantação de unidade industrial para produção de fertilizantes nitrogenados
		5.852		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas corporativas da Petrobras são não subordinadas e todas têm direitos iguais de pagamento.

As instituições financeiras requerem garantias à Petrobras quando emprestam recursos às subsidiárias da Companhia. Alguns financiamentos concedidos pelo BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Por conta de contrato de garantia emitido pela União em favor de Agências Multilaterais de Crédito, motivado pelos financiamentos captados pela TBG, foram firmados contratos de contragarantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras, a Petroquisa e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União.

A PB-LOG (ex-Refap) possui uma conta de aplicações financeiras atrelada à variação do CDI em garantia às debêntures, cujo saldo deve ser de três vezes o valor da soma da última parcela de amortização do principal e acessórios.

A Petrobras desenvolveu projetos estruturados, por meio de Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, com o objetivo de prover recursos para o desenvolvimento contínuo de seus projetos de infraestrutura de transporte e produção de petróleo e gás, além de melhorias em refinarias, cujas garantias dadas aos agentes financeiros nacionais e internacionais são os próprios ativos dos projetos, bem como penhor de direitos creditórios e ações das SPE.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Há limite de endividamento no contrato realizado com o BNDES em julho de 2009, que restringe que a relação entre a Dívida Líquida em reais e o EBITDA ultrapasse 5,5.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existe limite de utilização dos financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Demonstração Consolidada do Resultado – R\$ Milhões**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
	CONSOLIDADO			
	2012	2011	Variação	Δ%
Receita de Vendas	281.379	244.176	37.203	15
Custo dos produtos vendidos	(210.472)	(166.939)	(43.533)	26
Lucro bruto	70.907	77.237	(6.330)	(8)
Despesas operacionais				
Vendas	(9.604)	(8.950)	(654)	7
Gerais e administrativas	(9.842)	(8.647)	(1.195)	14
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(7.871)	(4.428)	(3.443)	78
Pesquisa e desenvolvimento	(2.238)	(2.444)	206	(8)
Tributárias	(760)	(777)	17	(2)
Outras	(8.195)	(6.588)	(1.607)	24
	<u>(38.510)</u>	<u>(31.834)</u>	<u>(6.676)</u>	<u>21</u>
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	32.397	45.403	(13.006)	(29)
Resultado financeiro líquido				
Receitas financeiras	7.241	6.543	698	11
Despesas financeiras	(3.950)	(2.422)	(1.528)	63
Var. monetárias e cambiais	(7.014)	(3.999)	(3.015)	75
	<u>(3.723)</u>	<u>122</u>	<u>(3.845)</u>	<u>-</u>
Participação em investimentos	84	386	(302)	(78)
Participação nos lucros ou resultados	(1.005)	(1.560)	555	-
Lucro antes dos impostos e contribuição social	27.753	44.351	(16.598)	(37)
Imposto de renda/contribuição social	(6.794)	(11.241)	4.447	(40)
Lucro Líquido	20.959	33.110	(12.151)	(37)
Resultado atribuível aos acionistas não controladore	223	203	20	(10)
Lucro Líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	21.182	33.313	(12.131)	(36)

Análise da Demonstração de Resultado Consolidado – 2012:

A Companhia apresentou um lucro líquido consolidado de R\$ 21.182 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, 36% inferior ao exercício de 2011 (R\$ 33.313 milhões), refletindo principalmente os seguintes fatores:

Receita de Vendas

Crescimento de 15% na Receita de vendas (R\$ 37.203 milhões), refletindo:

- Maiores preços praticados nas exportações e nas vendas de derivados no mercado interno, tanto devido aos reajustes de gasolina e diesel, quanto aos efeitos cambiais (17%) sobre os preços dos derivados atrelados ao mercado internacional;
- Aumento da demanda no mercado interno (8%), principalmente de gasolina (17%), além do diesel (6%), QAV (5%) e gás natural (17%), compensada parcialmente pelos menores volumes exportados de petróleo, devido à maior carga processada e à menor produção de petróleo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo dos produtos vendidos

Crescimento de 26% no Custo dos produtos vendidos (R\$ 43.533 milhões), devido a:

- Aumento de 8% no volume de vendas no mercado interno, suportado em grande parte por importações;
- Efeito da depreciação cambial sobre as importações de petróleo, derivados e participações governamentais;
- Aumento da depreciação e depleção devido à entrada em operação de novas instalações.

Lucro Bruto

Os fatores acima resultaram na redução do lucro bruto, passando de R\$ 77.237 milhões em 2011 para R\$ 70.907 milhões em 2012.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais apresentaram um aumento de R\$ 6.676 milhões, destacando-se principalmente:

- Vendas: Aumento de R\$ 654 milhões, devido aos maiores gastos com fretes, em razão do aumento no volume vendido, e aos maiores gastos com pessoal decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho 2011 e 2012;
- Gerais e Administrativas: Aumento de R\$ 1.195 milhões, refletindo maiores gastos com pessoal, decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho 2011 e 2012, aumento da força de trabalho, bem como com serviços técnicos contratados;
- Custos exploratórios: Aumento de R\$ 3.443 milhões, devido às maiores baixas de poços secos ou subcomerciais;
- Outras despesas operacionais: Aumento de R\$ 1.607 milhões, provenientes, principalmente, do aumento de perdas com processos judiciais

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro negativo de R\$ 3.723 milhões (receita financeira de R\$ 122 milhões no exercício de 2011), refletindo os efeitos da depreciação cambial sobre o maior endividamento líquido.

Análise do Ativo Consolidado – 2012:

Caixa e equivalentes a caixa

Redução de R\$ 8.119 milhões decorrente de:

- caixa líquido de R\$ 54.145 milhões gerado pelas atividades operacionais em 2012 foi 4% inferior a 2011 (R\$ 56.322 milhões), principalmente pelo recuo na margem bruta da Companhia, em função do efeito da depreciação cambial sobre as importações de petróleo,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

derivados e participações governamentais, além do maior volume de importados em 2012 (excluída a parcela de depreciação, depleção e amortização no custo dos produtos vendidos).

- caixa utilizado nas atividades de investimento aumentou de R\$ 57.838 milhões em 2011 para R\$ 74.939 milhões em 2012, sendo a maior parte investida nas atividades de Exploração & Produção (R\$ 41.933 milhões) e Abastecimento (R\$ 26.932 milhões).

Os recursos obtidos através de captações (R\$ 48.931 milhões) juntamente com o caixa gerado nas atividades operacionais (R\$ 54.145 milhões) supriram parte das necessidades de capital da Companhia para investimentos, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. Portanto, R\$ 8.119 milhões do caixa e equivalentes de caixa foram utilizados em 2012.

Título de Valores Mobiliários – Circulante

Aumento de R\$ 4.508 milhões, em relação ao saldo em 31.12.2011, decorrente de aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários, classificados como títulos para negociação e com finalidade de venda no curto prazo, conforme descrito na nota explicativa 6, das demonstrações contábeis do exercício de 2012.

Contas a receber, líquidas – Não circulante

Aumento de R\$ 2.972 milhões, em relação ao saldo em 31.12.2011, decorrente principalmente da classificação no ativo não circulante de recebíveis do setor elétrico, no montante de R\$ 3.351 milhões, refletindo sua expectativa de realização, após negociações realizadas ao longo do exercício, conforme descrito na nota explicativa 17.6 das demonstrações contábeis do exercício de 2012.

Os referidos recebíveis decorrem do fornecimento de combustível para usinas de geração termoeletrica, controladas diretas ou indiretas da Eletrobras, localizadas na região Norte do País. Parte dos custos do fornecimento de combustível para essas térmicas são suportados pelos recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, gerenciada pela Eletrobras.

A Companhia também fornece combustível para os Produtores Independentes de Energia – PIE, empresas criadas com a finalidade de produzir energia exclusivamente para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AME, controlada direta da Eletrobras, cujos pagamentos de fornecimento de combustível dependem diretamente do repasse de recursos da AME para aqueles PIE.

Título e valores mobiliários – Não circulante

Redução de R\$ 5.388 milhões, em relação ao saldo em 31.12.2011, refletindo principalmente a venda de Notas do Tesouro Nacional série B. Em 31.12.2011 esses títulos estavam classificados como disponíveis para venda, no ativo não circulante, e eram mantidos em garantia aos saldos dos Termos de Compromisso Financeiro – TCF, assinados em 2008 pela Companhia e a Petros. Esta garantia foi substituída por estoque petróleo e/ou derivados em julho/2012 (conforme descrito na nota explicativa 20.1, das demonstrações contábeis do exercício de 2012), viabilizando assim a venda desses títulos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre o valor contábil do ativo ou passivo e sua base fiscal, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável. Os reconhecimentos no ativo são realizados na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

diferenças temporárias possam ser usadas.

O aumento de R\$ 3.251 milhões, em relação ao saldo em 31.12.2011, decorreu do reconhecimento de ativos fiscais diferidos relacionados principalmente a prejuízos fiscais (R\$ 1.623 milhões) e ao benefício fiscal sobre a destinação/pagamento de juros sobre capital próprio (R\$ 1.259 milhões).

A movimentação completa dos impostos diferidos, assim como a sua expectativa de realização, está apresentada na nota explicativa 19.2, das demonstrações contábeis do exercício de 2012.

Imobilizado

O aumento do imobilizado em R\$ 75.599 milhões deve-se aos investimentos direcionados ao aumento da capacidade produtiva de petróleo e gás natural, à modernização e ampliação do parque de refino e à integração e expansão de nossos sistemas de transporte, através de gasodutos e sistemas de distribuição.

A seguir, a movimentação do imobilizado, em R\$ milhões:

Saldo em 1º de janeiro de 2011	280.737
Adições	59.879
Constituição/revisão de estimativa de desmatelamento de área	2.532
Juros capitalizados	7.325
Combinação de negócios	24
Baixas	(3.264)
Transferências	7.588
Depreciação, amortização e depleção	(17.228)
"Impairment" - constituição	(758)
"Impairment" - reversão	96
Ajuste acumulado de conversão	6.186
Saldo em 31 de dezembro de 2011	343.117
Adições	71.360
Constituição/revisão de estimativa de desmatelamento de área	10.719
Juros capitalizados	7.400
Combinação de negócios	543
Baixas	(5.577)
Transferências	7.644
Depreciação, amortização e depleção	(21.278)
"Impairment" - constituição	(792)
"Impairment" - reversão	500
Ajuste acumulado de conversão	5.080
Saldo em 31 de dezembro de 2012	418.716

Análise do Passivo Consolidado – 2012:**Financiamentos**

O endividamento total em 31.12.2012 apresentou um crescimento de 26% em relação a 31.12.2011, em decorrência de captações de longo prazo além do impacto da depreciação cambial de 8,9%. As principais captações estão apresentadas no item 10.1,f,i deste formulário e na nota explicativa 15, das demonstrações contábeis do exercício de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo**

O aumento de R\$ 6.032 milhões, em relação ao saldo em 31.12.2011, decorreu do reconhecimento de passivos fiscais diferidos relacionados principalmente a diferenças temporárias sobre depreciação/depleção de ativos de exploração e produção de petróleo e gás (R\$ 4.569 milhões) e sobre a capitalização de encargos financeiros (R\$ 2.225 milhões).

A movimentação completa dos impostos diferidos, assim como a sua expectativa de realização, está apresentada na nota explicativa 19.2 das demonstrações contábeis do exercício de 2012.

Provisão para desmantelamento de áreas

O aumento de R\$ 10.453 milhões em relação ao saldo em 31.12.2011 reflete a movimentação apresentada a seguir:

Saldo inicial em 01/jan/2012	<u>8.839</u>
Revisão de provisão	10.754
Utilização por pagamentos	(571)
Atualização de juros	258
Outros	<u>12</u>
Saldo final em 31/dez/2012	<u><u>19.292</u></u>

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas advêm de:

- (a) vendas locais, que consistem de vendas de derivados de petróleo (tais como: óleo diesel, gasolina, combustível para aeronaves, nafta, óleo combustível e gás liquefeito de petróleo), gás natural, biocombustíveis, energia elétrica e produtos petroquímicos;
- (b) vendas para exportação, que consistem principalmente de vendas de petróleo bruto e derivados;
- (c) vendas internacionais (excluindo vendas para exportação), que consistem de vendas de petróleo, gás natural e derivados que são comprados, produzidos e refinados no exterior; e
- (d) outras receitas, incluindo serviços, rendas com investimentos e ganhos cambiais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Análise 2012 x 2011 – Consolidado

- (a) maiores preços praticados nas exportações e nas vendas de derivados no mercado interno, tanto devido aos reajustes de gasolina e diesel, quanto aos efeitos cambiais (17%) sobre os preços dos derivados atrelados ao mercado internacional;
- (b) aumento da demanda no mercado interno (8%), principalmente de gasolina (17%), além do diesel (6%), QAV (5%) e gás natural (17%), compensada parcialmente pelos menores volumes exportados de petróleo, devido à maior carga processada e à menor produção de petróleo;
- (c) maiores volumes importados de derivados para atendimento do mercado nacional;
- (d) efeito da depreciação cambial sobre as importações de petróleo e derivados e participações governamentais;
- (e) aumento da depreciação e depleção devido à entrada em operação de novas instalações;
- (f) maiores despesas operacionais, com destaque para as despesas com vendas, gerais e administrativas, custos exploratórios e o reconhecimento de perdas com processos judiciais, conforme descrito no item 10.1,h deste formulário.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de vendas relativas a exportações e as receitas com vendas no mercado interno dos derivados parametrizados ao mercado internacional são influenciadas por variações da taxa de câmbio e variações das cotações internacionais do petróleo.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Variações de Preços, Taxas de Câmbio:**

	2012	2011	Δ %
Cotações			
Petróleo Brent (US\$/bbl)	111,58	111,27	-
Dólar médio de venda (R\$)	1,96	1,67	17
Dólar final de venda (R\$)	2,04	1,88	9
Indicadores de Preços Médios			
Preço médio dos derivados básicos no merc.interno (R\$/bbl)	186,55	167,87	11
Preço médio de venda - Brasil			
Petróleo (US\$/bbl)	104,60	102,24	2
Gás natural (US\$/bbl)	48,45	52,96	(9)
Preço médio de venda - Internacional			
Petróleo (US\$/bbl)	94,37	91,37	3
Gás natural (US\$/bbl)	17,99	17,28	4

*Média das exportações e preços internos de transferência do E&P para o Abastecimento.

Variações do Volume de Vendas em Mil Barris/Dia:

	2012	2011	Δ %
Diesel	937	880	6
Gasolina	570	489	17
Óleo combustível	84	82	2
Nafta	165	167	(1)
GLP	224	224	-
QAV	106	101	5
Outros	199	188	6
Total de derivados	2.285	2.131	7
Alcoóis, nitrogenados renováveis e outros	83	86	(3)
Gás natural	357	304	17
Total mercado interno	2.725	2.521	8
Exportação	554	633	(12)
Vendas internacionais	506	563	(10)
Total mercado externo	1.060	1.196	(11)
Total geral	3.785	3.717	2

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Análise 2012 x 2011**Resultado Operacional**

Os principais impactos no resultado operacional, nas variáveis citadas, foram:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Produtos: maiores preços praticados nas exportações e nas vendas de derivados no mercado interno, tanto devido aos reajustes de gasolina e diesel, quanto aos efeitos cambiais (17%) sobre os preços dos derivados atrelados ao mercado internacional;

Insumos: efeito das depreciação cambial sobre as importações de petróleo e derivados, operações de trading e participações governamentais.

Resultado Financeiro: Efeito negativo de R\$ 3.723 milhões, em função principalmente da variação cambial sobre o endividamento.

	R\$ Milhões		
	2012	2011	2012 X 2011
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido *	(6.585)	(4.803)	(1.782)
Despesa com endividamentos	(10.067)	(8.146)	(1.921)
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	3.322	4.906	(1.584)
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(13.330)	(8.043)	(5.287)
Encargos financeiros capitalizados	7.430	7.361	69
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	(89)	(387)	298
Receita com títulos e valores mobiliários	1.862	480	1.382
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	834	(93)	927
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	(430)	804	(1.234)
Resultado financeiro líquido	(3.723)	122	(3.845)
Resultado financeiro			
Receitas	7.241	6.543	698
Despesas	(3.950)	(2.422)	(1.528)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(7.014)	(3.999)	(3.015)
	(3.723)	122	(3.845)

(*) Variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação ao dólar.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Sem alteração em relação a 2011.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Incorporação da Petroquisa e cisão parcial da BRK

Em 27 de janeiro de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou a incorporação da Petrobras Química S.A. - Petroquisa e a cisão parcial da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. - BRK com versão da parcela cindida ao patrimônio da Petrobras, sem aumento do capital social.

Assinatura de acordo – Refinaria Pasadena

Em 29 de junho de 2012, a Companhia assinou um acordo extrajudicial que prevê o término de todas as ações judiciais existentes entre as empresas do grupo Petrobras e as empresas do grupo belga Transcor/Astra, controlador da Astra Oil Trading NV (Astra), inclusive aquelas relacionadas ao processo arbitral que reconheceu em abril de 2009 o exercício da opção de venda de ações da Astra para a Petrobras America S.A. - PAI, de sua participação acionária (50%) na Pasadena Refining System Inc - PRSI e Trading Company.

O valor fixado no acordo de US\$ 820,5 milhões já estava quase todo provisionado para pagamento, restando o complemento de US\$ 70 milhões (equivalentes a R\$ 140 milhões), reconhecido no resultado do 2º trimestre de 2012. Com a assinatura do acordo e o pagamento do respectivo valor, que ocorreu na mesma data da assinatura do acordo, as partes dão ampla e geral quitação recíproca em relação a todos os processos judiciais em que litigavam.

Avaliação a valor justo - GBD

A avaliação a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da controlada Gás Brasileiro Distribuidora S.A. - GBD foi concluída em junho de 2012, cuja aquisição de 100% das ações pela Petrobras Gás S.A. - Gaspetro ocorreu em 2011. Esta avaliação resultou na alocação do preço de compra de R\$ 444 milhões (equivalentes a US\$ 280 milhões) composto por ativos intangíveis de R\$ 332 milhões e em outros ativos e passivos líquidos de R\$ 112 milhões, portanto, não houve reconhecimento de *goodwill*.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG

Em 31 de julho de 2012, a Alberto Pasqualini S.A. - REFAP passou a denominar-se Empresa de Logística de E&P S.A., após a transferência dos seus ativos de refino para a Petrobras, tendo como novo objetivo a prestação de serviços de logística para operações de exploração e produção de petróleo no Brasil e cujas atividades operacionais não foram iniciadas. Em 1º de novembro de 2012 a Empresa de Logística de E&P S.A passou a se chamar Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG. A Companhia não teve seu patrimônio líquido afetado em função da transferência dos ativos.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve.

- b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve.

- c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Moeda funcional

A moeda funcional da Petrobras, assim como a de suas controladas brasileiras, é o real. A moeda funcional de algumas controladas e sociedades de propósito específico que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano e a moeda funcional da Petrobras Argentina S.A. é o peso argentino.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás, passivos de planos de pensão e de saúde, depreciação, exaustão e amortização, custos de abandono, provisões para processos judiciais, valor de mercado de instrumentos financeiros, ajustes a valor presente de contas a receber e a pagar das transações relevantes, imposto de renda e contribuição social. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor possa ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

As receitas com as vendas de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e outros produtos relacionados, são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega, enquanto as receitas de vendas de serviços de fretes e outros são reconhecidas em função de sua realização.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos atribuíveis às construções dos bens que necessitam de um período substancial de tempo para estarem prontos para uso, que são capitalizados como parte do custo do ativo.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Títulos e valores mobiliários

A companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros, conforme as seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são adquiridos com finalidade de venda no curto prazo e mensurados ao valor justo. Os juros, as atualizações monetárias e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado.
- Títulos mantidos até o vencimento - são adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado.
- Títulos disponíveis para venda - são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados ao valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidas para o resultado do período quando da liquidação do título.

Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de que não será capaz de receber os valores devidos pelos clientes, como em casos de dificuldades financeiras significativas e probabilidade do devedor entrar com pedido de falência ou em recuperação judicial.

Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos e mensurados por valor justo e estão classificados como ativos ou passivos no balanço patrimonial.

As mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado financeiro do período, exceto quando a transação for elegível e caracterizada como um *hedge* efetivo na modalidade de fluxo de caixa.

Nas operações envolvendo derivativos designados e qualificados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela eficaz dos ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são reconhecidos no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidos para o resultado quando o item protegido for efetivamente realizado. A parcela ineficaz do *hedge* é registrada no resultado do período.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Estoques

Os estoques são determinados pelo custo médio de aquisição ou de produção (método da média ponderada móvel) e estão demonstrados da seguinte forma:

- Matérias-primas - compreende principalmente os estoques de petróleo bruto, que estão demonstrados pelo custo médio de produção ou de importação, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido;
- Produtos - contempla principalmente derivados de petróleo e biocombustíveis, que estão demonstrados pelo custo médio de produção ou aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido;
- Materiais e suprimentos para manutenção - representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

As importações em andamento estão demonstradas ao custo identificado.

Investimentos societários

Os investimentos em controladas em conjunto e coligadas, nas quais a administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas também são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Combinação de negócios e *goodwill*

A análise da aquisição é feita caso a caso para determinar se a transação representa uma combinação de negócios ou uma compra de ativos. Transações entre empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

Os ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios são contabilizados em consonância com o método de aquisição, sendo reconhecidos pelos seus respectivos valores justos. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos adquiridos, líquidos) é reconhecido como *goodwill* no ativo intangível. Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas que não resultem em perda de controle são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

Nas aquisições de participação em coligadas e controladas em conjunto, sem a obtenção de controle, apesar de não configurarem uma combinação de negócios, os ativos líquidos adquiridos também são reconhecidos pelo valor justo, sendo que o *goodwill* é apresentado no investimento.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Gastos com Exploração e Desenvolvimento de Petróleo e Gás

Os gastos incorridos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são contabilizados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos, que considera as seguintes características gerais:

- Gastos relacionados com atividades de geologia e geofísica são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos;
- Valores relacionados à obtenção de direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural são inicialmente capitalizados;
- Custos exploratórios diretamente associados à perfuração de poços são inicialmente capitalizados no ativo imobilizado até que sejam constatadas ou não reservas provadas relativas ao poço. Os custos posteriores à perfuração do poço continuam a ser capitalizados desde que o volume de reservas descobertos justifique o seu reconhecimento futuro como poço produtor e estudos das reservas e da viabilidade econômica e operacional do empreendimento estiverem em curso. Uma comissão interna de executivos técnicos da Petrobras revisa mensalmente as condições de cada poço, levando-se em consideração os dados de geologia, geofísica e engenharia, condições econômicas, métodos operacionais e regulamentações governamentais;
- Poços exploratórios secos ou sem viabilidade econômica e os demais custos vinculados às reservas não comerciais, são reconhecidos como despesa no período, quando identificados como tal; e
- Construção, instalação e conclusão de infra-estrutura, tais como plataformas, dutos, perfuração de poços de desenvolvimento e outros custos relacionados ao desenvolvimento de reservas provadas e economicamente viáveis são capitalizados no ativo imobilizado.

Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, corrigido monetariamente durante períodos hiperinflacionários, bem como pelo valor presente dos custos estimados com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável de ativos – *impairment*.

Os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens (arrendamento mercantil financeiro), são reconhecidos inicialmente pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato e são depreciados de acordo com as regras aplicáveis aos ativos imobilizados. Nos casos em que a Companhia não possui razoável certeza de que virá a obter a propriedade dos ativos no fim do prazo do contrato, os bens são depreciados pelo menor entre sua vida útil e o prazo do arrendamento mercantil.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades industriais e dos navios, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada quatro anos e seus gastos são depreciados como custo da produção até o início da parada seguinte.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média dos empréstimos vigente durante o período, aplicada sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas ou pelo o método das unidades produzidas dos respectivos ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os ativos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são depreciados/amortizados a partir do início da produção do campo, considerando os seguintes critérios:

i) equipamentos e instalações cativos aos respectivos poços desenvolvidos são depreciados de acordo com o método das unidades produzidas, considerando o volume de produção mensal em relação às reservas provadas desenvolvidas de cada campo produtor; ii) demais ativos, contemplando aquele com vida útil menor do que a vida do campo ou que são vinculados a campos com diversas fases de desenvolvimento da produção são depreciados utilizando-se o método linear; e iii) direitos e concessões são amortizados de acordo com o método das unidades produzidas, considerando o volume de produção mensal em relação às reservas provadas totais de cada campo produtor.

As reservas são estimadas por profissionais especializados da Companhia, de acordo com as definições estabelecidas pela Securities and Exchange Commission – SEC, e revisadas anualmente, ou em um intervalo menor, caso haja indício de alterações significativas.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 11, das demonstrações contábeis do exercício de 2012.

Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por *impairment*. É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, bônus de assinatura pagos pela obtenção de concessões para exploração de petróleo ou gás natural, cessão onerosa de direitos de exploração em blocos da área do pré-sal, concessões de serviços públicos, além de marcas e patentes, softwares e ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* - decorrente de aquisição de participação com controle. Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* - é apresentado no investimento.

Os direitos e concessões correspondentes aos bônus de assinatura das concessões e cessão onerosa, quando da declaração de comercialidade dos campos, são reclassificados para conta do ativo imobilizado.

Os bônus de assinatura das concessões e a cessão onerosa, enquanto estão no ativo intangível não são amortizados, sendo os demais intangíveis amortizados linearmente pela vida útil estimada.

Ativos intangíveis gerados internamente, exceto os gastos com desenvolvimento que atendam todos os critérios normativos, não são capitalizados, portanto são reconhecidos como despesa no resultado do período em que foram incorridos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Diferido

A Companhia manteve o saldo do ativo diferido de 31 de dezembro de 2008 no individual, que continuará a ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), em conformidade com a Lei 11.941/09.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Redução ao valor recuperável – *Impairment*

A companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido (individual) quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados à exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás e aqueles que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Os ativos vinculados a exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis nos quais a Companhia assume substancialmente todos os riscos, benefícios e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos mercantis financeiros. Nos casos em que a Companhia é arrendadora, esses contratos são reconhecidos como recebíveis no ativo.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros com a obrigação para recuperar o meio ambiente e para desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou pela suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas. São reconhecidos no Imobilizado pelo seu valor presente, descontada a uma taxa livre de risco de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmantelamento de área revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da declaração de comercialidade de cada campo, sendo a depreciação/amortização realizada

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

com base no método das unidades produzidas, apenas para as reservas provadas desenvolvidas.

Imposto de renda e contribuição social

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram registrados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre o valor contábil do ativo ou passivo e sua base fiscal, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável. Os reconhecimentos no ativo são realizados na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos no resultado durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos de acordo com o método corredor.

As premissas atuariais relativas às variáveis que determinam o custo final para proporcionar os benefícios pós-emprego incluem: estimativas biológicas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

A companhia também contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

Capital Social e Remuneração aos Acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, líquido de efeitos tributários.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

decorrentes de incorporação de reservas e lucros. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa.

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos no estatuto da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando se referir a um ativo, o benefício é reconhecido como receita diferida, sendo alocada ao resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do item correspondente.

Novas normas e interpretações

Durante o exercício de 2012, as seguintes normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, mas não impactaram as demonstrações contábeis da Companhia:

- Emenda ao IFRS 7 - “Divulgações: Transferências de Ativos Financeiros” (*Disclosures: Transfers of Financial Assets*).
- Emenda ao IAS 12 - “Impostos Diferidos: Recuperação de Ativos Subjacentes” (*Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets*). Estabelece critérios para apuração da base fiscal de um ativo.

As normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Normas	Descrição	Vigência (*)
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (Presentation of Items of Other Comprehensive Income). Agrupam em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (Employee Benefits). Elimina o método do corredor para reconhecimento de ganhos ou perdas atuárias e requer que se calcule os custos financeiros com base na captação líquida. Simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e amplia os requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	"Demonstrações Financeiras Consolidadas" (<i>Consolidated Financial Statements</i>). Define os princípios e os requerimentos para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. Estabelece conceito de controle como base da consolidação e como aplicá-lo para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto, consolidada.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (<i>Joint Arrangements</i>). Estabelece os princípios para divulgação de demonstrações contábeis de entidades que sejam partes de acordos conjuntos. Os acordos conjuntos são classificados pelo IFRS 11 em dois tipos: operações conjuntas e joint ventures. Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionados a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas. <i>Joint ventures</i> existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de joint ventures não é mais permitida.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações sobre Participações em Outras Entidades" (<i>Disclosure of Interests in Other Entities</i>). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo" (<i>Fair Value Measurement</i>). Define valor justo de uma forma mais precisa, explica como mensurá-lo (fornecendo uma única fonte) e determina o que deve ser divulgado. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações – Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (<i>Disclosures – Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities</i>). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
IAS 27 (revisado em 2011)	"Demonstrações Financeiras separadas". Inclui outras considerações sobre demonstrações financeiras separadas, além das disposições sobre controle do IAS 27 incluídas no novo IFRS 10.	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisado em 2011)	"Coligadas e Controladas em conjunto" (<i>Joint Ventures</i>). Estabelece requerimentos para controladas em conjunto e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão do IFRS 11.	1º de janeiro de 2013
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável. A emenda ao IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

(*) Normas vigentes a partir de exercícios iniciados em ou após essas datas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O efeito estimado da emenda ao IAS 19, com a eliminação do diferimento das perdas atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor), resultará no aumento do passivo atuarial líquido em R\$ 21,1 bilhões, tendo como contrapartida um aumento do ativo fiscal diferido em R\$ 6,1 bilhões, e uma redução de R\$ 15 bilhões no patrimônio líquido da companhia.

Quanto às demais emendas e novas normas listadas acima, a companhia estima que suas adoções não trarão impactos significantes em suas demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e subsidiárias ("a companhia") é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos referentes ao processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas.

Os controles internos da companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas são processos desenvolvidos pelo ou sob a supervisão do Comitê de Auditoria da companhia, do Presidente e do Diretor Financeiro e executados pelos administradores e outros funcionários para fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros e à preparação das demonstrações contábeis para uso externo, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Devido às limitações próprias, os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros oportunamente. Portanto, mesmo os sistemas estabelecidos e considerados eficazes podem fornecer somente segurança razoável relativa ao processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Também as futuras avaliações da eficácia dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido às mudanças nas condições ou de que o grau de cumprimento das políticas ou procedimentos possa se deteriorar.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012. Com base nesta avaliação, a Administração concluiu que, em 31 de dezembro de 2012, os controles internos da companhia referentes à preparação das demonstrações contábeis consolidadas são eficazes.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes da PricewaterhouseCoopers (PwC) Auditores Independentes não identificaram durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Comunicaram à administração da companhia a identificação de deficiência significativa nos procedimentos realizados no teste de *impairment* de investimentos em coligadas, mas que não impacta de maneira relevante a posição patrimonial, financeira e de resultados da companhia. A Administração está desenvolvendo melhorias nos procedimentos de teste de *impairment* de investimentos em coligadas para fortalecer o processo de avaliação em conformidade a todos os requerimentos do IAS 36 – Impairment of Assets e CPC 01 (R1) – Redução a Valor Recuperável de Ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. Como os recursos resultantes da oferta pública de distribuição de valores mobiliários foram utilizados**

A Companhia realizou uma oferta global de distribuição primária de ações no montante de R\$ 120,2 bilhões (US\$ 69,9 bilhões), incluindo o Lote Suplementar e o Lote Adicional. Os recursos líquidos, incluindo os títulos públicos federais – LFT, estão sendo utilizados (1) em contrapartida à Cessão Onerosa e (2) para continuar desenvolvendo todos os nossos segmentos de negócio. Especificamente, planejamos alocar esses recursos líquidos da seguinte forma:

- aproximadamente 62,2% em contrapartida à Cessão Onerosa, nos termos da Lei 12.276; e
- aproximadamente 37,8% vem sendo utilizado para financiar os nossos investimentos que, de acordo com o nosso Plano de Negócios e Gestão 2014-2018, são da ordem de US\$ 220,6 bilhões, assim como para manter uma estrutura de capital e índices de alavancagem adequados.

b. Existência de desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:
- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2012, não tivemos itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em nossa condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

A tabela a seguir resume nossas obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31.12.2012:

R\$ milhões				
Pagamentos com vencimento por Período				
	Total	2013	2014-2017	2018 em diante
Obrigações contratuais				
Itens do balanço patrimonial: *				
Obrigações de dívida	186.529	5.711	70.204	110.614
Com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	213	16	66	131
Total dos itens do balanço patrimonial	186.742	5.727	70.270	110.745
Outros compromissos contratuais				
Gás natural ship or pay	8.719	1.336	4.907	2.476
Serviços contratados	128.030	55.770	56.102	16.158
Compromisso de compra de GN	33.694	5.689	19.532	8.473
Sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens	166.720	34.175	72.162	60.383
Compromissos de compra	41.160	12.591	24.639	3.930
Compromissos de compra internacionais	42.471	17.950	18.571	5.951
Total de outros compromissos	420.794	127.511	195.913	97.371
Total	607.536	133.238	266.183	208.116

(*) Não inclui obrigações com benefícios pós-emprego. Consulte nota explicativa nº 20 nas Demonstrações Financeiras.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme descrito no item “10.8” deste Formulário de Referência, não tivemos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia que alteram ou possam vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

- b. natureza e o propósito da operação

Conforme descrito no item “10.8” deste Formulário de Referência, não tivemos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia que alteram ou possam vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme descrito no item “10.8” deste Formulário de Referência, não tivemos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia que alteram ou possam vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.